Mounier
Democracia e Compromisso

Nunca se falou tanto de comunicação e, no entanto, a sociedade em que vivemos tem crescente dificuldade em exprimir-se através de instâncias criadoras e comunicativas.

POR GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS
MEMBRO DO CONSELHO EDITORIAL DA NOVA CIDADANIA

O tema da democracia não deve sair da ordem do dia. Sobretudo as relações entre democracia e comunicação obrigam a repensar a participação e a representação. Muitas vezes sentimos que para alguns a democracia é um mero procedimento, que se mantém por razões de inércia e por força da competição e da concorrência das sociedades modernas. Nesse sentido, o Estado de direito limitar-se-ia a respeitar alguns princípios formais, que por motivos de utilidade se perpetuariam, mesmo sem uma cidadania activa partilhada. Acontece, porém, que a democracia e o Estado de direito são mais do que métodos. O primado da lei tem de ser completado pelas legitimidades da origem e do exercício, a justiça tem de ser um valor enraizado civicamente, ligada à liberdade e à igualdade, enquanto o pluralismo deve concretizar-se através do equilíbrio entre poderes, de que falava Montesquieu. A cada passo, sentimos, porém, que a mera liberdade económica e o fundamentalismo do mercado adulteram a liberdade cívica e política e que a sociedade de comunicação de massas leva à invasão dos espaços pessoais de autonomia e liberdade – enquanto a legitimidade formal tende a querer prevalecer sobre a legitimidade de exercício. Hannah Arendt sobre o totalitarismo, Ortega y Gasset e Elias Canetti sobre o poder e as massas, Karl Popper, Isaiah Berlin e Ralf Dahrendorf sobre a sociedade conflitual e a preservação da liberdade cívica contribuíram decididamente no século XX para que o tema da democracia não fosse tratado como o de um mero instrumento formal.

Emmanuel Mounier (1905-1950), cujos sessenta anos da morte (22.3.1950) se assinalaram este ano, foi um dos autores que mais profundamente pensou o tema da democracia. E Guy Coq escreveu recentemente uma interessante obra centrada na questão – «Mounier - L'engagement politique» (Michalon, 2008) - que nos conduz sabiamente à reflexão sobre a essência da democracia[1]. Nos «Cahiers de l'UNESCO», em Abril de 1949, o filósofo escreveu «Réflexions sur la démocratie», onde abordava o problema da tendência totalitária das democracias ditas populares, nas quais «o ideal é a anulação de toda a distância, da distância entre governos e governados, entre o Estado e a nação, todos se tornando governantes (inquisidor, polícia, disciplinador do seu próximo), da distância entre governados pela generalização do conformismo e da solidariedade no terror político»[2]. A partir desse texto, o pensador político Jacques Le Goff salientou, em Janeiro de 1983, na revista «Esprit», sob o título "Totalidade e distância", a importância dessa questão. «É aí que reside a falha, o ponto de fractura, o lugar da falta que põe a tónica

A DISTÂNCIA É UM MODO DE PROTECÇÃO E DE SALVAGUARDA DA ESFERA PESSOAL DE CADA UM, DEVENDO, PORÉM SER COMPLETADA PELA SOLIDARIEDADE VOLUNTÁRIA, QUE APROXIMA SEM OS ANULAR OS MEMBROS DA COMUNIDADE, DANDO UM SENTIDO POSITIVO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

64 67 Homenagem.indd 64 9/30/10 6:26:07 PM

nas referências muito sólidas duma crítica radical do totalitarismo, hoje marcado pelos trabalhos de Claude Lefort e Marcel Gauchet, que aprofundaram esta reflexão sobre a anulação da distância como matriz do totalitarismo»[3].

É a ilusão da sociedade perfeita que está na origem dos totalitarismos. Aí tudo aponta para uma conciliação imposta de interesses e valores. E Hannah Arendt foi quem nos alertou, de um modo determinado e premonitório, para os riscos que permanentemente existem nas sociedades contemporâneas e que abrangem a banalização do mal, a manipulação das massas e o acriticismo perante os poderes. Seja a partir de uma concepção de Estado-messias e do processo histórico que pretende a sua concretização pelo determinismo, seja considerando o mercado como o regulador quase exclusivo da felicidade humana, o certo é que a esfera pessoal e a dignidade humana surgem enfraquecidas quer pelos poderes (económico e político) quer pela concorrência cega, desde que não haja instrumentos baseados na liberdade, no pluralismo, no equilíbrio de poderes e legitimidades e no respeito universal dos direitos e deveres fundamentais. Nenhuma sociedade pode considerar-se a salvo dos riscos da não-democracia – e é esse alerta permanente que Emmanuel Mounier enfatiza[4].

É assim que, para o pensador, a sociedade onde a distância (entre o Estado e os cidadãos) se anula é a que podemos designar como a de «nós outros», que se esgota e se confunde na ausência de fronteiras entre o próprio e o alheio, entre nós e os outros, levando à promiscuidade pública – que nos recorda a anti-utopia de Yevegeny Zamiatine (1884-1937) intitulada, exactamente, «Nós» (e que deve ser lida com «Mil Novecentos e Oitenta e Quatro» de George Orwell)[5]. Em segundo lugar, depois dessa sociedade sem distância, fala-nos da «sociedade vital», cujo elo é constituído pela vida em comum e por haver um fluxo vital, biológico e humano, orientado para o viver melhor. Aí ainda não há a relação de pessoa a pessoa – «cada um fica no plano de uma vaga representação do todo», faltando a ligação entre os valores e cada «vocação pessoal»[6]. Já não temos a sociedade de nós outros, mas estamos ainda perante uma sociedade fechada, caracterizada pelos seus interesses e o seu utilitarismo imediato. «Se ela não for animada do interior por uma verdadeira comunidade espiritual, tende a fechar-se sobre uma vida cada vez mais mesquinha e sobre uma afirmação cada vez mais agressiva»[7]. Em terceiro lugar, para além da sociedade da anulação da distância e das sociedades vitais, Mounier fala da «sociedade razoável». Esta procura compreender que a ciência, a razão objectiva e o direito são mediadores fundamentais, ainda que insuficientes para assegurar a existência de uma comunidade pessoal criativa e de responsabilidades partilhadas. A sociedade de «nós outros» supera a insociabilidade do indivíduo isolado, as sociedades vitais preocupam-se com a sobrevivência colectiva, enquanto a sociedade razoável procura ir mais além, aceitando a imperfeição e propondo a articulação entre as diferenças, considerando a comunidade como uma «pessoa de pessoas»[8]. «Quantas famílias mais não são do que falsas Pessoas colectivas fundadas no desprezo ou na segurança, no hábito ou no dá-me dá-me»?[9]. E, segundo Emmanuel Mounier, a maneira de chegar ao compromisso leva-nos à «distância unitiva». E assim a verdadeira comunidade deve ser a «pessoa de pessoas», na qual o lugar de cada um é insubstituível e essencialmente desejado pela ordem do todo. Deve haver distância, mas também capacidade de agir em prol do bem comum[10].

A distância é um modo de protecção e de salvaguarda da esfera pessoal de cada um, devendo, porém ser completada pela solidariedade voluntária, que aproxima sem os anular os membros da comunidade, dando um sentido positivo à dignidade da pessoa humana. Esta "distância unitiva" pressupõe a ligação da pessoa à comunidade, a consideração da

"Nous ne nous engageons jamais que dans des combats discutables et sur des causes imparfaites. Refuser pour autant l'engagement, c'est refuser la condition humaine".

EMMANUEL MOUNIER
LE PERSONNALISME, 1949

64 67 Homenagem.indd 65 9/30/10 6:26:08 PM

comunidade como uma "pessoa de pessoas", mas também a noção de compromisso ou empenhamento pessoal, que Mounier encontrou com o filósofo alemão Paul-Louis Landsberg, que se juntou à equipa da revista "Esprit" em 1934, vindo da frente da Guerra de Espanha. Uma experiência semelhante à relatada por Georges Bernanos em "Les Grands Cemitières sous la Lune" levou Landsberg à consideração de que não há causas puras e que o "compromisso" (*engagement*) obriga a viver os valores como realidades incertas e imperfeitas, de difícil apreensão e compreensão. Com a tomada de consciência da situação espanhola, o "compromisso" assume-se como um apelo à responsabilidade (de-

pois também explícito em 1938, relativamente aos acordos de Munique). Trata-se de uma "viragem metafísica", para Mounier, um desenvolvimento de ordem interior por pressão dos acontecimentos exteriores[11].

A democracia é, deste modo, imperfeita e incompleta, obrigando ao compromisso pessoal, à cidadania activa[12]. As pessoas e os cidadãos não se submetem a qualquer abstracto impessoal. Os valores não são realidades absolutas. «O seu verdadeiro lugar é o coração vivo das pessoas»[13]. Como afirma Guy Coq, os valores «mediatizam as relações inter-subjectivas, permitindo às pessoas sair da sua solidão, fundando a comunicação e abrindo a via do universal»[14]. A dignidade humana está enraizada na sociedade concreta e nas pessoas de carne e osso. E a sociedade razoável reclama o respeito mútuo e o amor entre as pessoas, mas também o compromisso, como capacidade de correr riscos, de sujar as mãos, de recusar a tentação da pureza (como conciliação com a injustiça e a «desordem estabelecida») e de compreender as diferenças e os conflitos, respondendo com diálogo e acção[15]. Daí Mounier sublinhar «a importância da fidelidade e da presença no mundo do compromisso, querendo centrar a acção no testemunho e não no sucesso»[16]. Por outro lado, a sociedade política democrática tem de dar espaço à autonomia e à dignidade pessoais – daí a «luta contra os poderes», para usar a expressão de Gurvitch (na linha de Proudhon), e a necessidade de garantir a soberania do direito sobre o poder[17]. Não é «o direito que nasce do poder, é o poder, elemento estranho ao direito, que deve incorporar-se no direito, para se transformar em direito»[18]. Assim, a democracia (sempre incompleta) vai-se aperfeiçoando, através da consciência (profética e política) de que «o poder atrai os corrompidos e corrompe quem atrai». Daí que a prevenção da democracia deva basear-se na cidadania activa. E o direito é o mediador entre as liberdades e a organização, pondo no centro os acontecimentos, o compromisso das pessoas e a dignidade humana…[19].

A recente crise económica, financeira e social, com raízes nas ilusões do imediatismo e na subalternização da criatividade e da construção de uma sociedade das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas, deu nova actualidade ao pensamento de Emmanuel Mounier e às suas preocupações fundamentais. E podemos referir cinco pontos que confirmam essa ideia: (a) a democracia é um sistema de

64 67 Homenagem.indd 66 9/30/10 6:26:08 PM

organização e decisão assente em valores humanos que se caracteriza pelo seu carácter incompleto e pela exigência permanente do compromisso pessoal da cidadania activa; (b) a "sociedade razoável" procura superar a ausência de distância entre Estado e indivíduo e uma lógica puramente utilitária, apesar das poderosas resistências que tendem a subalternizar e a esquecer os seres humanos livres e iguais em dignidade e direitos; (c) os valores espirituais que devem animar uma comunidade humana, enquanto "pessoa de pessoas", não são realidades abstractas nem realidades absolutas, referem-se às pessoas concretas, de carne e osso; (d) as sociedades contemporâneas são afectadas por factores contraditórios, que tendem à massificação e à indiferença – pela fragmentação social, pela generalização de modelos uniformizadores e pela manipulação das opiniões, sob a capa ilusória da autonomia individual; (e) a ideia criadora de compromisso, assente na trilogia pessoa, comunidade, valores, a impureza e a imperfeição da acção, a compreensão do acontecimento como nosso mestre interior (base do exemplo e da experiência), a necessidade da comunicação entre as pessoas como exigência espiritual levam-nos à emergência de uma cultura da pessoa, caracterizada pela iniciativa, pelo inconformismo, pelo sentido de justiça e de verdade, pela ligação entre liberdade e responsabilidade e pela "distância unitiva" que obriga à construção permanente de uma comunidade de amor e de respeito. E assim o pensamento constrói-se na acção e a necessidade de compromisso é uma via obrigatória do conhecimento da sociedade e do movimento da história.

ASSIM, A DEMOCRACIA (SEMPRE INCOMPLETA) VAI-SE APERFEIÇOANDO, ATRAVÉS DA CONSCIÊNCIA (PROFÉTICA E POLÍTICA) DE QUE «O PODER ATRAI OS CORROMPIDOS E CORROMPE QUEM ATRAI». DAÍ QUE A PREVENÇÃO DA DEMOCRACIA DEVA BASEAR-SE NA CIDADANIA ACTIVA.

NOTAS

[1] Seguimos neste texto a obra de Guy Coq, *Mounier, L'Engagement Politique*, Michalon, 2008 – cuja tradução preparamos; assinalando ainda a importância do pequeno livro de Jean-Marie Domenach, *Mounier*, Collection Écrivains de Toujours, Le Seuil, 1972.

[2] Guy Coq, op. cit., p. 42.

[3] "Totalité et Distance", "Esprit", Janeiro de 1983. Cf. G. Coq, *ibidem*.

[4] Emmanuel Mounier, *Refaire la Renaissance*, Le Seuil, 2000, p. 111. "Pour souder une communauté d'un lien intérieur, il ne suffit pas que son lien soit vrai, encore faut-il qu'il permette l'adhésion consentie et progressive".

[5] Mounier considera esta sociedade de "nós outros" como um primeiro grau de comunidade, no qual se manifestam as fragilidades da uniformidade e da indiferenciação. Do livro de Zamiatine há tradução portuguesa, a partir da versão inglesa, de Manuel João Gomes, Antígona, Lisboa, 1990.

[6] O segundo grau da comunidade ainda não reconhece a "vocação pessoal", mas dá um passo no sentido da autonomia individual.

[7] Guy Coq, *op. cit.*, p. 43.

[8] Neste terceiro grau da comunidade, já se reconhece a pessoa. Há um avanço no sentido da comunidade verdadeira, fundada no amor, reconhecendo-se o carácter imperfeito da vida humana.

[9] *Refaire la Renaissance*, cit., p. 114.

[10] Jacques Le Goff, no artigo citado diz-nos: "Mounier ne se lasse pas de répéter d'un bout à l'autre de son oeuvre: il n'y a pas de côté spirituel e de l'autre, radicalement indépendant, l'economique, le politique, l'idéologique, le culturel (...). Il n'y a qu'un tout au sein duquel l'un et les autres ne prennen sens eu par leur articulation dans 'une unité structurée' qui n'exclut aucun dês ordres duréel. Définir le spirituel sur le mode de la sépation de láutarcie, c'est en méconnaître le mouvement qui est d'union: l'esprit est un pouvoir d'union' (citation de Mounier)". Cf. Guy Coq, *op. cit.*, pp. 47-48.

[11] Guy Coq, *op. cit.*. Aí se fala da descoberta do "compromisso político".

[12] Logo no texto de fundação da revista "Esprit", em 1932, Mounier apela à "distância unitiva", como distância espiritual, "não somente como princípio de relação interpessoal, mas como princípio de compreensão do conjunto do universo. Cf. Guy Coq, *op. cit.* p. 48.

[13] Guy Coq, *op. cit.*, p. 57.

[14] *Idem*, p. 58. "É pelo acolhimento dos valores que a pessoa se abre às outras pessoas, e isto de modo ilimitado".

[15] Como afirma Guy Coq: "A acção é decidida, comprometida, em nome de um valor que ela revela e, reciprocamente, o valor revela-se na acção. O compromisso procede para Mounier deste 'movimento dialéctico'. O personalismo suscita compromissos, transforma-os, dá-lhes vida e, em contrapartida, os compromissos revelam o personalismo" (*Op. cit.*, p. 60). Para E. Mounier, não há valores puros por contraponto à realidade corruptora. Os valores manifestam-se no seio da própria realidade imperfeita. Em *Le Personnalisme*, PUF, 1949, o filósofo desenvolve magistralmente este tema. Também Paul Ricoeur, preferindo falar de "regresso da pessoa" ("meurt le personnalisme, revient la personne") trata do tema de modo rigoroso e actual. Leiam-se os dois ensaios luminosos sobre Mounier (e de um outro sobre Landsberg), em *Lectures 2*, Le Seuil, 1992.

[16] Guy Coq, op. cit., p. 65. Cf. *Refaire la Renaissance*, cit., p. 270. Em *Le Personnalisme*, Mounier usa a fórmula bem conhecida: "Nous ne nous engageons jamais que dans des combats discutables et sur des causes imparfaites. Refuser pour autant l'engagement, c'est refuser la condition humaine" (17ª ed., 2005, p. 105). Recorde-se que a tradução portuguesa da mais célebre obra de Mounier é de João Bénard da Costa – autor também do fundamental *Emmanuel Mounier*, Livraria Morais, 1960, no Círculo do Humanismo Cristão, com base na sua tese de licenciatura na Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, sobre "O tema do Outro no Personalismo de Emmanuel Mounier".

[17] Para proteger a pessoa dos abusos é essencial, para Mounier, não pensar no fim do Estado, mas sim na limitação dos poderes. Torna-se, pois, fundamental a reivindicação do "Estado pluralista", com poderes divididos e confrontados, para evitarem mutuamente os abusos. Deve falar-se então de "um Estado articulado ao serviço de uma sociedade pluralista" (Guy Coq, *op. cit.*, p. 89). Refira-se ainda que para E. Mounier, o culto exclusivo da igualdade pode comprometer a justiça e que o culto da felicidade pode pôr causa a liberdade (Idem, p. 87). Leia-se ainda o fundamental livro de Etienne Borne, *Mounier*, Seghers, 1972.

[18] A fórmula é usada no *Manifeste au Service du Personnalisme*, Ed. Montaigne, 1936. Desta obra, há uma magnífica tradução portuguesa da autoria de António Ramos Rosa (na colecção "O Tempo e o Modo" da Livraria Moraes, 1967). Cf. Guy Coq, *op. cit*, p. 92.

[19] *Le Personnalisme*, cit., p. 118.

64 67 Homenagem.indd 67 9/30/10 6:26:08 PM